

## A vitória da fome



Por **ALEXANDRE JULIETE ROSA\***

*Considerações sobre o romance-folhetim de Pausilippo da Fonseca*

No dia 01 de maio de 1903 começava a circular na cidade do Rio de Janeiro o jornal *A Greve*, sob direção do escritor Elísio de Carvalho. Como epígrafe ao nome do periódico aparecia a famosa frase de Karl Marx, inscrita na *Mensagem Inaugural* à Associação Internacional dos Trabalhadores: “A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”. Fruto da fase anarquista de Elísio, que se coloca junto aos colaboradores de redação como “representantes natos das aspirações proletárias”, *A Greve*, como a maioria dos jornais pequenos ligados a causas sociais, teve vida curta e não chegou ao segundo ano. Elísio esteve à frente até setembro, quando deixou a direção para se dedicar à criação da revista *Kultur*, também de orientação libertária, cuja primeira edição circulou em março de 1904. A revista não passou do quinto número, que saiu em outubro.<sup>[i]</sup>

Nesse mesmo ano, Elísio de Carvalho junto ao historiador Rocha Pombo e ao médico e anarquista Fabio Luz coordenam a fundação da Universidade Popular de Ensino Livre, que contou com a colaboração de nomes como Curvelo de Mendonça, Evaristo de Moraes, Joaquim Murtinho, José Veríssimo, Martins Fontes, além do apoio que a iniciativa recebeu de intelectuais como Silvio Romero e Manuel Bonfim. A UPEL teve vida efêmera, não chegou a completar um ano de vida, mas foi um marco importante para o movimento libertário.<sup>[ii]</sup>

Na última edição da *Kultur*, Elísio publicou um longo ensaio intitulado “As ruínas de Icaria: Ensaio sobre a decadência anarquista”, um texto meio delirante, inspirado nas ideias de Friedrich Nietzsche, Max Stirner e do francês Jean Marestan e que causou enorme revolta entre os anarquistas da época, sobretudo pelo tom ultrajante de passagens como esta: “...o anarquismo está prestes a desmembrar-se para naufragar, duma parte no tolstoísmo, e no socialismo outra, deixando como vestígios alguns filósofos e oradores sem alcance social efetivo os rudimentos duma arte que não chegou a sê-lo, e um certo número de gentes sem consciência, aves de rapina terríveis e desprovidas de escrúpulos que desertam, com o riso nos lábios, dos rebanhos dos débeis e dos irredutíveis restos das U.P., fetos de grupos de ação social, impregnados da aguardente revolucionária, das tavernas e que merecerão mais tarde figurar na estranha lista das pequenas religiões de Paris, entre os swendenborgianos e os discípulos de Kardec, o bem-aventurado”.<sup>[iii]</sup>

Elísio ainda publicou alguns artigos de cunho libertário no jornal *Novo Rumo*, que começou a circular no Rio de Janeiro no início de 1906. A partir de 1907 começava sua primeira grande transmutação – do anarquismo individualista para os departamentos de criminologia da polícia. Conforme apontou Lená Medeiros de Meneses, a fase anarquista de Elísio teve um fim abrupto e surpreendente e o escritor logo passaria a usar seus conhecimentos e sua energia “em prol da instituição policial, a mesma que representava o braço do Estado sobre os anarquistas”.

Comenta a pesquisadora que Elísio de Carvalho: “Em 1909, no livro *Five o’Clock*, finalmente, anunciou, explicitamente, sua renúncia às ideias anarquistas. A partir de então, fez carreira no serviço público, ingressando em espaços de poder que representavam a antítese de tudo aquilo que seus ex-companheiros de militância, dentre eles, a polícia do Rio de Janeiro. Esta atitude valeu-lhe críticas severas por parte do anarquismo internacional, demonstrando o papel de destaque que Elísio de Carvalho havia tido no seio do movimento libertário. Para o articulista [Marcel Vereme] do *Bulletin de International Anarchiste* (1908) ele seria aquele “camarada” que fazia grande barulho, mas que, na prática, mostrava toda a sua incoerência, tendo em vista que, após um passado anarquista, acabara por transformar-se no Subchefe da Repartição

da Identificação Brasileira, atitude que, segundo ele, era digna do repúdio dos libertários em todo o mundo”.[\[iv\]](#)

Elísio foi um daqueles intelectuais que Antonio Candido descreveu como “radicais de ocasião”: anarquista, “de um anarquismo passageiro e confuso, ligado em parte à sua adesão à escola poética francesa chamada Naturismo, de ânimo muito participante, fundada por Saint-Georges de Bouhélier sob a influência do naturalismo humanitário do último Zola. Mas como sofreu também a influência de Stirner e Nietzsche, misturou-o a um anarquismo aristocrático e individualista, que, associado ao seu esteticismo recalcado, acabou desandando num esnobismo diletantesco e, mais tarde, num nacionalismo reacionário afidalgado e racista. Grande salada, estranha evolução como se vê”.[\[v\]](#)

Embora menos realizado como escritor, na condição de intelectual Elísio de Carvalho se tornou figura importante em sua época; bem relacionado com a “elite letrada”, com políticos e a gente “da grana”, foi um dos insígnies da dissidência conservadora nos anos de 1920 e, conforme demonstrou Antonio Arnoni Prado, contribuiu decisivamente para o florescimento no nacionalismo fascista da década de 1930.[\[vi\]](#) Sua obra mais duradoura, no entanto, e que até hoje se faz presente entre nós, é aquela que desenvolveu no Gabinete de Identificação da Polícia do Rio de Janeiro. A partir de 1907, “Elísio se lançará em defesa da polícia e das técnicas que lhe serviam de apoio com a mesma intensidade com que as criticava anos antes quando escrevia sobre o anarquismo”.[\[vii\]](#)

## Pausilippo da Fonseca

Quem assumiu a direção de *A Greve*, com a saída de Elísio de Carvalho, foi o jornalista e então anarquista Pausilippo da Fonseca. Diferente de seu antecessor, quase não temos informações sobre sua vida. Jornalista libertário, trabalhou por boa parte da vida no *Correio da Manhã* e foi muito amigo de Lima Barreto. Francisco de Assis Barbosa, que coordenou a edição das *Obras Completas de Lima Barreto* (Brasiliense) descreve um sucinto, mas importante retrato de Pausilippo: “Curiosa figura de boêmio, Francisco Pausilippo da Fonseca nasceu em Goiana, Estado de Pernambuco, em 28 de fevereiro de 1879 e morreu no Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1934. Era ainda adolescente quando emigrou para o Rio, onde assentou praça num batalhão, para ingressar depois, como adido, na Escola Militar. Nacionalista exaltado, florianista rubro, foi, entretanto, desligado da escola em 1897, em meio ao quadriênio de Prudente de Moraes, sendo deportado para o Mato Grosso, juntamente com setenta colegas”.

Voltando ao Rio em 1899, publica um pequeno volume: *Mártir pela fé*, que denomina “ensaio literário”, invocando a memória de Floriano Peixoto, em delirante dedicatória. Integrado na vida civil, Pausilippo dedica-se à vida da imprensa, iniciando a carreira como operário gráfico, nas oficinas d’*O Paiz*, galgando sucessivamente os postos de compositor, revisor, repórter e redator. Quando do aparecimento do *Correio da Manhã*, passou a trabalhar simultaneamente em ambos os jornais. Em 1906, ainda redigia a seção “*O Paiz* nos subúrbios”. Pouco depois, entretanto, abandonava *O Paiz* para se fixar no *Correio da Manhã*, jornal em que trabalhou até a morte.

Espírito inquieto, Pausilippo da Fonseca trocava muito cedo as suas convicções nacionalistas pelas ideias anarquistas, colocando-se à frente de semanários libertários, como *Novo Rumo* e *A Greve*. Orador popular, dono de uma voz tonitruante e de uma grande simpatia pessoal, aparece por volta de 1906 como fundador e principal organizador de um Partido Operário Independente.

A vida, porém, conseguiria atenuar a combatividade do jornalista panfletário. No *Correio da Manhã* foi promovido de redator da seção “Vida Suburbana” à reportagem e à crônica política. Era o representante do jornal no Senado e, nesse caráter, acompanhou Rui Barbosa nas excursões a São Paulo e Minas Gerais, por ocasião da campanha civilista [1909-10]. Feito redator de debates do Senado, completaria com o casamento a sua metamorfose burguesa. Mas continuou no *Correio*, responsável agora por mais uma seção: “No cadinho da soberania nacional”. A revolução de 1930 tirou-lhe o lugar de funcionário legislativo. Demitido, aos cinquenta anos, teve que reorganizar a vida, conseguindo apenas um lugar de escriturário na Escola Profissional Quinze de Novembro. Pausilippo da Fonseca morreu aos cinquenta e cinco anos, deixando esposa e dois filhos em extrema pobreza”.[\[viii\]](#)

O envolvimento de Pausilippo com o anarquismo muito provavelmente teve sua origem na experiência como trabalhador gráfico nas oficinas do jornal *O Paiz*. Foi para o movimento operário que o jornalista canalizou o ‘sangue quente’ do jacobinismo florianista. Essa parcela mais nervosa dos republicanos entrou em decadência após a tentativa de assassinato do presidente Prudente de Moraes, ocorrida no dia 05 de novembro de 1897 e que resultou na morte do marechal Carlos

Machado Bittencourt, então ministro da Guerra, no dia do desembarque das forças vitoriosas contra a insurreição de Canudos.[\[ix\]](#)

Pausilippo foi um dos desterrados para o Mato Grosso, conforme relatou Francisco de Assis Barbosa, após a repressão promovida pelo governo de Prudente de Moraes. Retornando ao Rio, a agitação jacobina, embora presente, já não tinha o mesmo vigor dos anos anteriores. Como muitos republicanos descontentes com os rumos que a República ia tomando, açambarcada cada vez mais pela casta política que sobreviveu à queda da monarquia, o ex-florianista decidiu cerrar fileiras junto aos trabalhadores. Tal procedimento não era anormal. Nomes como Domingos Ribeiro Filho, anarquista, também amigo de Lima Barreto e colega deste na Secretaria de Guerra, e o próprio Fabio Luz, um dos maiores nomes do anarquismo carioca, migraram da militância republicana “jacobina” para os movimentos de esquerda ligados à classe trabalhadora.[\[x\]](#)

Da fase anarquista de Pausilippo existem os artigos que publicou no jornal *A Greve* e em *Novo Rumo*, que estão disponíveis no Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp.[\[xi\]](#) Graças a estes raros exemplares e à pesquisa de Pedro Faria Cazes podemos ter acesso ao período combativo desse jornalista, antes de sua adesão ao periodismo burocrático e ‘setorialista’ do *Correio da Manhã*. Ainda segundo o pesquisador: “O jornal *A Greve* já possui basicamente a mesma organização interna de outros periódicos anarquistas que vão surgir ao longo da década de 1900 e 1910. Trazia artigos de opinião tanto sobre a política nacional quanto sobre questões de doutrina, notícias dos principais acontecimentos da luta social em outros países (sobretudo da Europa e das Américas), trechos traduzidos de obras conhecidas de importantes intelectuais anarquistas e colunas sobre o movimento operário local e nacional. A coluna dedicada à denúncia das péssimas condições de trabalho e as aviltantes humilhações e desmandos sofridos pelos trabalhadores e trabalhadoras dentro dos ambientes insalubres das fábricas e oficinas da capital era intitulada de “Pelourinho”. Pausilippo da Fonseca assina matérias com seu nome próprio desde a primeira edição e aos poucos, com o afastamento de Elísio de Carvalho da direção do jornal, vai se tornando seu principal editor, sendo o principal colaborador de textos publicados”.[\[xii\]](#)

## Um fragmento

Na edição de 1º. de novembro de 1903, de *A Greve*, um texto em especial chamou minha atenção. Com o título “Dum romance inédito” aparece o Capítulo XV de uma história, ou estória, que não consegui apreender em seu sentido mais amplo, pois não tive acesso aos capítulos anteriores. Dos números do jornal disponíveis para consulta *on-line* constam apenas as edições de número 1 (1/5/1903), 2 (15/5/1903), 8 (15/08/1903), 10 (10/10/1903) e 11 (1/11/1903), além de uma edição extraordinária, saída a 24 de agosto de 1903, em virtude da greve geral que ocorrera naquele ano. Em nenhuma dessas edições aparece outra parte do tal romance.[\[xiii\]](#)

O fragmento em questão trata de uma visita a uma fábrica, donde surgiu tema para muitos dias de conversação no seio de uma família burguesa, especialmente para Madam Elizabeth, uma “sectária entusiasta do coletivismo, que julgava a solução definitiva para o problema social”. O texto apresenta uma conversa acalorada entre três personagens; Madam Elizabeth faz um longo discurso sobre a inevitabilidade de um porvir pleno de liberdade, conquistado pelas mãos revolucionárias do proletariado, “desde que os operários cheguem a compreender a sua importância capital, tornem força reguladora da vida social, de que são principais atores ... Para enfrentar a injustiça dos capitais acumulados, teremos o sistema cooperativo, o suprimento da escassez dos recursos individuais pelos fundos mútuos... O triunfo do proletariado é uma consequência lógica do industrialismo que há de reger o mundo futuro em obediência à fatalidade da evolução histórica”.

O texto está mais para um editorial de jornal do que para a fala de uma personagem e a coisa segue nessa toada, com apartes do artista (músico) Álvaro Alberto e da jovem Judith, que também “fora arrastada para os assuntos sociais pela impressão persistente e absorvente recebida na visita à fábrica” e que “fê-la engolfar-se em sérias reflexões sobre as desigualdades da vida, sentindo necessidade de inteirar-se pela sorte dos humildes como se uma grande missão redentora lhe fosse imposta pelo destino.” Até então, Judith havia sido criada à europeia, “sonhando uma existência perfeitamente artística. Era este o propósito em que se colocara durante a peregrinação pela Europa, com a esperança de criar em torno de si um ambiente d’Arte, em que o tempo decorresse envolto num cascadear de emoções estéticas”.

Sacudida pela visita à tal fábrica, “o testemunho daquela consternadora cena da vida real”, Judith começa a repensar sua

vida: “sob a depressão reflexiva da piedade dominadora, afigurava-se-lhe uma iniquidade que tanta gente sofresse para que uma diminuta parcela desfrutasse todos os benefícios da civilização – Como aceitar a justiça de semelhante desigualdade? Acaso não somos todos oriundos dum princípio comum? Pode a boa razão aceitar um progresso argamassado no sangue da maioria dos homens? Dizia-lhe a consciência que não. A boa causa está com Tolstói; Ele é o grande defensor da dignidade humana”.

Álvaro Alberto, o músico, tendo observado essa ponta de mal-estar na alma de Judith, tratou de exercer sua influência rasgadamente positivista. Admitindo sua admiração pelo grande ‘filósofo eslavo’ Tolstói, ponderou que suas teorias eram “fruto de platonismo e, portanto, impraticáveis: Sem dúvida é mister fazer alguma coisa em prol dos trabalhadores; mas essa reparação devia ser limitada e nunca se estender até a renúncia das conquistas acumuladas pelo esforço de tantas gerações. Certo não faltaria meios de se harmonizar a humanidade com o progresso.” Judith, ainda uma vez ratificou que alguma coisa deveria ser feita, pois “Aquele espetáculo teve um acento mais vibrante cujo eco trágico precinto confusamente através das palpitações do meu coração...”.

O fragmento toma outro rumo após os diálogos de Judith e Álvaro Alberto, pois o Dr. André, pai de Judith, chega com a notícia de que havia conseguido abocanhar a pasta dum ministério, em função da qual teriam que se mudar para Botafogo, “onde ficaria mais apropriado com o seu elevadíssimo magistério”. O restante do texto retoma fios narrativos dos quais não tive acesso; surge outra família, “do sr. comendador”, de quem a família de Judith se avizinhou em Botafogo, das preocupações de Madam Elizabeth com o futuro de Judith, “já na época de casar”, outras personagens, D. Hortência, Irene etc. O texto não está assinado e termina com o tradicional “Continua”.

## Revelação do fragmento pelo romance-folhetim

Mesmo sem a assinatura do tal “Capítulo XV” foi possível encontrar sua provável autoria como sendo de Pausilippo da Fonseca. Como se deu a coisa: Já tínhamos sido informados, por Francisco de Assis Barbosa, que Pausilippo havia escrito algumas obras: “*Mártir pela fé*, ensaio literário, 1899; *Festas à Infância*, literatura infantil, 1913. No *Correio da manhã*, publicou em folhetins *A vitória da fome*, nas edições de 17-10 a 8-12-1911.”<sup>[xiv]</sup> A mesma informação aparece na coletânea “Contos Anarquistas”, organizada por Antonio Arnoni Prado e Francisco Foot Hardman. Os autores publicaram uma parte do capítulo XI do romance, junto a outros cinco textos agrupados na seção cotidiano operário.<sup>[xv]</sup>

Diante dessas informações e pesquisando os arquivos do *Correio da manhã* foi possível encontrar a íntegra do romance que, até onde pude pesquisar, não foi editado em livro.<sup>[xvi]</sup> O que possibilita a ligação dos folhetins de 1911 ao fragmento de 1903 é justamente a personagem Judith, mas não somente, como veremos mais à frente. É possível conjecturar, então, que lá em 1903 já havia um romance que tocava na questão da situação da classe operária no Rio de Janeiro do início do século XX, senão acabado, em fase bastante adiantada. Talvez essa primeira versão tenha se perdido irremediavelmente. Mas, felizmente, dispomos da versão de 1911 em sua totalidade.

A primeira consideração de caráter mais geral a se fazer, entre o fragmento de 1903 e a versão de 1911, diz respeito à linguagem que aparece nesta última. O texto é mais enxuto, tanto do ponto de vista lexical quanto da elaboração das frases e períodos. O romance, na versão de 1911, escapa quase que por completo ao ‘espírito estético da época’, marcado pelo tom elevado, grandiloquente e *art nouveau* da prosa ‘oficial’ praticada pelos epígonos – Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Ruy Barbosa, Medeiros e Albuquerque, João do Rio, o próprio Elísio de Carvalho etc.<sup>[xvii]</sup> Pausilippo parece ter dado uma “secada” na linguagem. Lógico que para esta comparação contamos apenas com o fragmento de 1903, mas tudo indica que o romance passou por uma revisão técnica e de conteúdo ou até mesmo por uma reelaboração quase completa.

Outro elemento importante na comparação entre as duas versões do texto está no desaparecimento daquele núcleo burguês presente no capítulo publicado em *A Greve*. Dele só reaparece a personagem Judith, no capítulo VI da nova versão. E aqui surge outra diferença importante em relação ao fragmento de 1903, que diz respeito ao desenvolvimento da própria personagem. Importante ressaltar que, do ponto de vista narrativo, *A vitória da fome* é um romance realizado em terceira pessoa; o acesso à interioridade de Judith, bem como dos e das demais personagens, é mediado pelo discurso indireto livre desse narrador onisciente. Mesmo que em alguns momentos as personagens sejam colocadas no discurso direto, a autonomia é sempre relativa e subordinada à instância definidora de sentido, que não é outro senão o próprio narrador. Veremos mais à frente que existem implicações não desprezíveis entre o autor [Pausilippo da Fonseca] e a

pessoa que narra a história.

Lembremos que no fragmento de 1903 o “mal-estar solidário” presente naquele ambiente familiar burguês havia sido despertado pela tal visita à fábrica, do contato direto com a situação da classe trabalhadora. O pai de Judith vivia no mundo da alta política e, até onde podemos conjecturar, não tinha relações com o ambiente externo a tal esfera. O reaparecimento de Judith, na versão de 1911, bem como sua preocupação em relação aos trabalhadores, ganha um lastro mais orgânico em relação ao conjunto da matéria narrada.

Agora, ela surge como participante de uma das reuniões do Círculo Libertário Internacional, organização nascida “duma pequena reunião, efetuada num domingo, sem reclames, nem estardalhaços prévios”, com a resolução de “se empenharem todos numa propaganda vigorosa das ideias libertárias” além da criação de um jornal “de feição doutrinária, para melhor divulgar as novas teorias, ao mesmo tempo que se iniciaria pelos centros operários uma série de conferências sobre temas pertinentes à vida do trabalhador.”<sup>[xviii]</sup>

Foi numa dessas conferências – “sempre desenvolvidas em linguagem subversiva das instituições sociais”<sup>[xix]</sup> – que a personagem Judith entra no romance. A essa altura, tanto o Círculo Libertário Internacional quanto seu órgão de propaganda – “expondo as teorias mais arrojadas, preconizando nova ordem social baseada numa concepção da vida livre e isenta de todos os preconceitos e convenções seculares” – já começavam a espicaçar os ânimos dos trabalhadores. Estes eram representados principalmente pelos tecelões, que ao longo dos encontros e assembleias “foram cobrando alento e refletindo, com o espírito prevenido pelas insinuações dos agitadores, sobre a sua própria situação”. Havia um grito silenciado entre os tecelões – “uma irritação surda, interior, criando o estado de revolta latente”.

Conforme esse trecho do romance: “A primeira explosão de vulto deu-se motivada pela demissão duma operária casada, por mera vingança do mestre da oficina em que ela trabalhava, o qual baldadamente a tentara seduzir. Indignados com o procedimento da diretoria, mantendo o ato iníquo do seu auxiliar, os operários, se reuniram em comício para resolver declarar a parede. Estava lançado o primeiro cartel de desafio: – ou a companheira seria readmitida no dia seguinte, ou ninguém compareceria ao trabalho. A questão foi proposta nestes termos por um operário, depois de longo discurso no qual analisou com rudeza e sinceridade a situação do proletariado em face da burguesia. Numeroso auditório apoiou com aplausos a declaração de greve, e vários oradores ainda se fizeram ouvir, verberando a conduta dos patrões, a quem denominavam parasitas insaciáveis. Parecia uma reunião de loucos. Cada qual tinha a ideia mais extravagante. Viam-se velhos a gritar como crianças e moços a empalidecerem de susto. Ninguém se entendia. Assim decorreu meia hora de verdadeira balburdia. Durante esse tempo só uma pessoa presenciava o espetáculo de tamanha desorientação, com a tranquilidade necessária para fazer a crítica dos sentimentos que agitavam aquela multidão. Era Judith.”

Na genealogia da composição figurativa dessa ‘nova’ Judith, a extração burguesa permanece, mas não aquela da alta burguesia hereditária e sim como resultado dos empreendimentos de seu pai, “um engenheiro que chegara a fazer fortuna a base de trabalho e pertinácia e em arriscados empreendimentos profissionais”. Graças às atividades paternas, diz o narrador, Judith “passara a infância em permanente contato com operários, tendo frequentes ocasiões de observar a vida de privações que levavam”. Tocada desde a infância pela situação miserável do proletariado, mesmo nascida “no seio da burguesia e possuidora duma educação pouco vulgar”, começou a se interessar pelo mundo exterior à sua classe e “para as questões que se debatiam fora das intrigas de *boudoir* e das faceirices de salão”.

Esse pendor que a livrava um pouco do entediante “manuseamento de jornais da moda e da leitura dos romances de Bourget” fez com que Judith desenvolvesse uma grande camaradagem com “um rapaz que trazia o cérebro cheio de quimeras e o oração a transbordar de aspirações”. Era o jornalista Carlos Augusto. Não demorou a começarem as insinuações por parte dos conhecidos, que já supunham os dois como “namorados em véspera de serem noivos”. Com ironia comentavam as vantagens daquele casamento, “julgado por todos um excelente partido para o rapaz”. “Ela era moça, rica, bem prendada e bonita, ao passo que ele nem tinha bens de fortuna, nem posição de destaque. Não passava de um simples escrevinhador de jornais, que vivia de minguado salário, a pregar teorias absurdas, espalhando paradoxos. Os próprios colegas riam das suas ideias, que levavam à conta de mania de originalidade. E o grande argumento contra as suas opiniões era que não podia deixar de ser insensato pensar em socialismo, numa terra como o Brasil, onde ninguém morre de fome”.

Carlos Augusto aproximou Judith junto ao movimento operário, ele próprio entusiasta das ideias socialistas e revolucionárias, um tanto quanto difusas é verdade, mas em todo caso uma certa mudança sensível de perspectiva em



relação à “questão social” que começava a ganhar importância no debate intelectual da época. Judith mantém uma atitude de independência frente a Carlos Augusto e aos demais homens com quem trava relações. Chegou por seus próprios meios intelectuais às constatações dos motivos que levavam à degradação humana, “verificando, não sem profundo pesar, que a escassez de recursos pecuniários influi poderosamente para a depravação dos costumes, pela quebra do pudor, resultante da existência da promiscuidade.”

Mesmo verdadeiramente tocada pela situação indigna em que vivia a maioria da população, Judith continua presa nas circunstâncias ideológicas de sua classe. As teorias socialistas “exerceram uma influência decisiva em seu ânimo” e a fez enxergar nessa situação de miséria “a desigualdade violenta das fortunas e a injusta distribuição dos bens terrenos”. No entanto, ela “não podia aceitar em toda a sua plenitude o *cânon* do dogmatismo revolucionário” e o seu espírito, “repelindo a ideia odienta da luta de classes, não podia conceber o pensamento maquiavélico da divisão infernal da humanidade em dois campos inimigos a se guerrear sem tréguas até à completa derrota de uma das partes”.

Mesmo assim, era preciso fazer algo. Se a ação revolucionária e a luta de classes não eram condizentes com seus sentimentos, na opção pela via política “ela enxergava apenas um meio de ação capaz de produzir vantagens relativas”. Era, sem dúvida, a melhor das alternativas, mas a longo prazo. Demonstrando força nos pleitos eleitorais, “elegendo representantes seus para defenderem os seus direitos no seio das assembleias”, os operários poderiam, pensava Judith, “se imporem ao respeito universal, passando assim da categoria de máquinas humanas para a de seres conscientes” – uma reivindicação a consumir-se no futuro. Num plano mais imediato, sem se deixar influir por ações extremadas, Judith acredita poder mobilizar os ricos em favor dos pobres. Uma vez movidos em seus “mais nobres sentimentos altruístas”, os ricos viriam “ao encontro dos miseráveis, reconhecendo a injustiça das suas aspirações a uma vida melhor, fortalecendo assim o edifício social sobre a base indestrutível da solidariedade humana”.

Tomado em seu conjunto e levando em consideração o sentido histórico para o qual o romance aponta, veremos que Judith representa um dos núcleos conservadores no interior da narrativa – aquele que está presente no mesmo campo do proletariado; e que Carlos Augusto mimetiza um típico radical de ocasião. Apesar de todas as preocupações e diligências realizadas principalmente por ela, das quais estão presentes as melhores intenções, inclusive com uma razoável inteligibilidade da situação concreta percebida à luz de teoria socialista, esse núcleo conservador é a própria contradição pela qual “a questão social” passava nesse período e que foi transposta para a forma do romance.

Do espólio de ideias que pudemos observar no fragmento de 1903, o positivismo encarnado no personagem Álvaro Alberto foi conservado para além do palavrório paralisante e transferido para Judith, com certa mistura de socialismo reformista e caritativo. E ela resolve agir para evitar o pior, pois a greve havia sido decretada e o “clima de guerra” na cidade já estava por demais carregado. No horizonte intelectual possível daquela época, para se evitar o conflito social aberto, o ideário socialista, de viés reformista e amaciado pelo positivismo, sobretudo através do conceito de altruísmo, fornecia elementos “convincentes” para aqueles com certa inclinação à questão social, daí uma certa confluência, à época, entre tendências rudimentares do marxismo com o positivismo e outras doutrinas não revolucionárias.[\[xx\]](#)

Desde a década de 1880, e principalmente após a Proclamação da República (1889), os positivistas brasileiros agrupados no Apostolado Positivista do Brasil, com sede no Rio de Janeiro [o movimento também teve grande importância no Rio Grande do Sul], se esforçavam por divulgar os ensinamentos de Augusto Comte. Num artigo publicado em 1917, sob o impacto das greves gerais que ocorreram naquele ano, principalmente em São Paulo, Raimundo Teixeira Mendes alertava para o fato de que “há cerca de trinta e sete anos a propaganda positivista se esforça para vulgarizar, no Brasil, os ensinamentos de Augusto Comte sobre a incorporação do proletariado na sociedade moderna.”[\[xxi\]](#) José Murilo de Carvalho comenta que Raimundo Teixeira Mendes, em 1889, havia realizado reuniões com cerca de 400 operários estatais, de diversas categorias, donde elaborou um documento que foi entregue ao próprio Benjamin Constant (outro grande positivista), então Ministro da Guerra do governo provisório de Deodoro da Fonseca. Segundo o historiador, tal documento, “como era de se esperar, sustentava-se na noção positivista da necessidade de incorporar o proletariado à sociedade”. A proposta não foi à frente, por ser muitíssimo avançada para a época: “jornada de sete horas, descanso semanal, férias de 15 dias, licença remunerada para tratamento de saúde, aposentadoria, pensão para viúva, estabilidade aos sete anos de serviço etc”.[\[xxii\]](#)

Vendo por outro ângulo, o da construção da cidadania, José Murilo de Carvalho considera a ação dos positivistas um tanto quanto deletérias. Primeiro porque “todas as lideranças republicanas que se preocupavam com o proletariado o faziam em função da influência comteana”. E, dentro da filosofia positivista, os direitos políticos não estavam contemplados como

prerrogativa para a população em geral e menos ainda para os trabalhadores. Ainda segundo o historiador, a doutrina de Augusto Comte admitia “apenas os direitos civis e sociais. Entre os últimos, solicitava a educação primária e a proteção à família e ao trabalhador, ambas de obrigação do Estado. Como vetava a ação política, tanto revolucionária quanto parlamentar, resultava que os direitos sociais não podiam ser conquistados pela pressão dos interessados, mas deveriam ser concedidos paternalisticamente pelos governantes.”[xxiii]

A influência do pensamento positivista, ao contrário do que muita gente pensa, não se reduziu apenas ao lema “Ordem e Progresso” inscrito na bandeira nacional. O caso de Euclides da Cunha é quase paradigmático a esse respeito. Bastante instigado pelo pensamento de Marx, o autor de *Os sertões* publicou alguns artigos nas efemérides de 1º de maio, sob o pseudônimo de Proudhon. No jornal *O Estado de São Paulo*, a 1º de maio de 1904, escreveu “Um Velho Problema”, no qual evoca a figura de Marx, “este inflexível adversário de Proudhon”, que deu ao socialismo científico “uma linguagem firme, compreensível e positiva”. Vejamos alguns trechos: “A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irredutível: – a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. E um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação. Não se pode negar a segurança do raciocínio [...] Põe-se de manifesto o traço injusto da organização econômica do nosso tempo. A exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina. [...] Neste confronto se expõe a pecaminosa injustiça que o egoísmo capitalista agrava, não permitindo, mercê do salário insuficiente, que se conserve tão bem como os seus aparelhos metálicos, os seus aparelhos de músculos e nervos; e está em grande parte a justificativa dos socialistas no chegarem todos ao duplo princípio fundamental: (i) socialização dos meios de produção e circulação; (ii) posse individual somente dos objetos de uso. Este princípio, unanimemente aceito, domina toda a heterodoxia socialista – de sorte que as cisões, e são numerosas, existentes entre eles, consistem apenas nos meios de atingir-se aquele objetivo. Para alguns [João Ligg e Ed. Vaillant], os privilégios econômicos e políticos devem cair ao choque de uma revolução violenta. É o socialismo demolidor. Outros, como Emilio Vendervelde, se colocam numa atitude expectante: as reformas serão violentas ou não, segundo o grau de resistência da burguesia. Finalmente, outros ainda – os mais tranquilos e mais perigosos – como Ferri e Colajanni, corretamente evolucionistas, reconhecendo a carência de um plano já feito de organização social capaz de substituir, em bloco, num dia, a ordem atual das coisas, relegam a segundo plano as medidas violentas, sempre infecundas e só aceitáveis transitoriamente, de passagem, num ou noutro ponto, para abrirem caminho à própria evolução. [...] Porque a revolução não é um meio, é um fim; embora, às vezes, lhe seja mister um meio, a revolta. Mas esta sem a forma dramática e ruidosa de outrora. As festas do primeiro de maio são, quanto a este último ponto, bem expressivas. Para abalar a terra inteira, basta que a grande legião em marcha pratique um ato simplíssimo: cruzar os braços... Porque o seu triunfo é inevitável. Garantem-no as leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranquilo das ciências e das artes, fontes de um capital maior, indestrutível e crescente, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração...”.[xxiv]

No mesmo diapasão de Euclides, vários outros socialistas e líderes de setores do movimento operário insistiam no caminho da conciliação, procurando mediar os conflitos entre trabalhadores, patrões e governo; seja fundando partidos com o objetivo de participar da arena política, seja através das ligas, centros e associações operárias de vários ofícios. Outro caso emblemático é o de Vicente Ferreira de Souza, professor de latim, filosofia e lógica no Colégio Pedro II, que já havia tomado parte na redação do Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro, datado de 17 de dezembro de 1889, ao lado dos fundadores do Círculo Socialista de Santos.

Entre 1902 e 1904, Vicente de Souza esteve à frente do Centro das Classes Operárias do Rio de Janeiro que, embora não sendo um partido, teve grande ação política e reivindicatória, tanto na greve geral de 1903 quanto nos acontecimentos da Revolta da Vacina, em novembro de 1904. Expunha sua doutrina no jornal *A Questão Social*, que não era outra senão a defesa de um socialismo não revolucionário, sob o pretexto de que “as condições atuais não permitem encarar o socialismo como medida que se imponha por uma agitação revolucionária”. Sob a bandeira do coletivismo reformista, “*A Questão Social*, sem paixões, que considera antagônicas à ideia do progresso, propõe lutar tenazmente para que sejam mais rápidos os efeitos do movimento evolucionista científico, que deve dar em resultado a nova organização da sociedade.”[xxv] Este era o cerne da questão que opunha e separava de um lado os anarquistas, entusiastas da ação direta, contra o Estado e a burguesia, e de outro o socialismo reformista e a ideologia social-democrata não revolucionária.

Enxergando nos propósitos da personagem Judith um motivo ao mesmo tempo pacifista e conservador, o narrador de *A vitória da fome* considera que a “solução do problema”, para ela, principalmente por contar com a solidariedade dos ricos,

“afigurava-se de uma simplicidade encantadora.” Se a personagem Judith é o elemento que permite a ligação entre os folhetins de *A vitória da fome* com o fragmento de 1903, o desenvolvimento da nova versão parece ter incorporado outro momento histórico daquele início de República, em que se iniciava a formação de uma classe trabalhadora organizada, nos moldes do grande processo de industrialização e sob a dinâmica da luta de classes própria desse período. Os elementos figurativos que compõem o pano de fundo ideológico na trama geral do romance serão mais bem compreendidos após uma apresentação completa da história, o que será objeto dos próximos artigos.

**\*Alexandre Juliete Rosa é mestre em literatura pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP.**

## Notas

[i] Exemplares da revista *Kultur* estão disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth, com os cinco números reunidos em um único PDF, que pode ser acessado a partir do link: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/kultur.o.pdf>

[ii] Sobre a Universidade Popular de Ensino Livre, há o estudo realizado por Milton Lopes: “A Universidade Popular: Experiência Educacional Anarquista no Rio de Janeiro”. In: *História do Anarquismo no Brasil* – Vol. 1. Rafael Deminicis e Daniel Aarão Reis (Orgs). Rio de Janeiro: Mauad, 2006, pp. 203 – 230.

Sobre Elísio de Carvalho, seu empreendimento à frente da *Kultur*, a criação da UPEL e os debates intelectuais desse momento, indico a pesquisa de Pedro Fazia Cazes: *Os libertários do Rio: visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da Primeira República*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. UERJ. 2020, especialmente as páginas 117 a 143.

O texto que ratifica a criação da UPEL aparece já na primeira edição da *Kultur*. “A Universidade Popular D’Ensino Livre”. *Kultur: Revista Internacional de Filosofia, Sociologia, Literatura etc.* ANO 1. N. 1. Março de 1904, p. 03.

[iii] Elísio de Carvalho. “As ruínas de Icaria: Ensaio sobre a DECADÊNCIA ANARQUISTA”. *Kultur: Revista Internacional de Filosofia, Sociologia, Literatura etc.* ANO 1. N. 5. Outubro de 1904, pp. 1 – 4.

[iv] Lená Medeiros de Menezes. “Elísio de Carvalho: um intelectual controverso e controvertido”. *Revista Intellectus*. Ano 03, Vol. II – 2004, p. 3-4. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5860311>

[v] Antonio Candido. “Radicais de ocasião”. In: *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 87.

[vi] Antonio Arnoni Prado. “Elísio de Carvalho e o diário intemporal”. In: *Itinerário de uma falsa vanguarda*. São Paulo: Editora 34, 2010, pp. 92 – 106.

[vii] Ver o excepcional estudo de Rodrigo Maia Monteiro: “Elísio de Carvalho e a escrita policial.” In: *Polícia, prisão e circulação de ideias criminológicas: O Boletim Policial e a consolidação da Escrita Policial no Rio de Janeiro (1907-1918)*. Dissertação de Mestrado. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019, pp. 111 – 140. Disponível em: [http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Rodrigo\\_Maia\\_Monteiro.pdf](http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Rodrigo_Maia_Monteiro.pdf)

[viii] Francisco de Assis Barbosa. Lima Barreto: Correspondência Ativa e Passiva, 1º Tomo. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 153-4.

[ix] Um panorama do período pode ser encontrado em Edgard Carone: “Governo Prudente de Moraes”. In: *A República Velha II – evolução política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, pp. 151 – 189.

[x] Um quadro muito bem reconstruído dessa conjuntura complexa foi escrito por Pedro Fazia Cazes, no capítulo “O anarquismo dentre os radicalismos da época”, de sua tese de Doutorado – *Os libertários do Rio: visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da Primeira República*. Rio de Janeiro. UERJ, 2020, pp. 67 – 148. Pedro utilizou como uma de suas fontes primárias o jornal *A Greve* e devemos a essa pesquisa muitas informações importantes.

[xi] Neste estudo dedicaremos especial atenção ao jornal *A Greve*. Importante acentuar que Pausilippo desempenhou papel de primeira monta no outro periódico em que trabalhou, também anarquista, *Novo Rumo*. Aqui, no entanto, são raros os textos em que encontramos sua assinatura. Uma das exceções aparece na edição inaugural do periódico, em janeiro de 1906, no qual ele assina o conto “O Traidor”. Pelo estilo dos textos é bem plausível conjecturar que os editoriais de primeira página tenham sido escritos por Pausilippo, que era o diretor do jornal; alguns editoriais aparecem assinados por



“Grupo Novo Rumo”. Os exemplares de *Novo Rumo* estão disponíveis para consulta *on-line* no Arquivo Edgar Leuenroth, reunidos em um só PDF, e apresentam as edições dos anos de 1906 e 1910, ano em que o jornal retorna, já sem a presença de Pausilippo. Para as edições de 1906 e algumas de 1910, acessar o link: [https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/novo\\_rumo.o.pdf.pdf](https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/novo_rumo.o.pdf.pdf)

Para as edições de 1910: [https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/novo\\_rumo.o.pdf.pdf](https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/novo_rumo.o.pdf.pdf)

[xii] Pedro Fazia Cazes. *Op. cit.*, p. 88.

[xiii] “Dum romance inédito – Capítulo XV”. *A Greve*. Ano 1, nº 11, Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1903, p. 4. Os exemplares disponíveis para consulta *on-line* do Arquivo Edgar Leuenroth estão reunidos em um único PDF e podem ser acessados através do link: [https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/a\\_greve.o.pdf](https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/a_greve.o.pdf)

[xiv] Francisco de Assis Barbosa. *Op. cit.*, p. 155.

[xv] Antonio Arnoni Prado e Francisco Foot Hardman (Orgs.). *Contos Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 111-115.

[xvi] Pausilippo da Fonseca. “A Vitória da Fome – Romance Socialista”. *Correio da manhã*. Edições de 17, 18, 20, 21, 24, 25, 27, 28 e 30 de outubro; 1, 3, 8, 9, 10, 11, 15, 20, 21 e 28 de novembro e 8 de dezembro.

[xvii] Conforme assinalaram José Paulo Paes: “O art nouveau na literatura brasileira.” In: Gregos e Baianos. São Paulo: Brasiliense, 1985 e Alfredo Bosi: “As letras na Primeira República.” In: História Geral da Civilização Brasileira – Vol. III Sociedade e Instituições (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Outra caracterização para o período foi proposta por Flora Süssekind em *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[xviii] As citações entre aspas estão em: Pausilippo da Fonseca. “A Vitória da Fome – Romance Socialista (Capítulo V)”. *Correio da manhã*, 25 de outubro de 1911, p. 6. Link: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_02&Pesq=%22Vit%C3%B3ria%20da%20fome%22&pagfis=6829](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&Pesq=%22Vit%C3%B3ria%20da%20fome%22&pagfis=6829)

[xix] Todas as citações, de agora em diante, estão em Pausilippo da Fonseca: “A Vitória da Fome – Romance Socialista (Capítulo VI)”. *Correio da manhã*, 27 de outubro de 1911, p. 6. Link: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_02&pagfis=6853](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pagfis=6853)

[xx] Claudio H. M. Batalha. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: João Quartim de Moraes (Org.). *História do marxismo no Brasil – Vol. 2*. Campinas: Editora UNICAMP, 1995, pp. 11 – 45.

[xxi] Raimundo Teixeira Mendes. “A incorporação do proletariado na sociedade moderna e os ensinos de Augusto Comte. Igreja e Apostolado Positivista no Brasil. Rio de Janeiro, 1917, p. 2. A íntegra do texto pode ser consultada a partir do link: [https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja\\_Pos&pasta=IP3f&pagfis=13](https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP3f&pagfis=13)

[xxii] José Murilo de Carvalho. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 52-3.

[xxiii] Idem, p. 54.

[xxiv] Euclides da Cunha. “Um velho problema”. In: *Contrastes e Confrontos*. Rio de Janeiro: Record, 1975. Edição da Biblioteca Virtual do Estudante, pp. 51 – 54.

[xxv] Citado em Evaristo de Moraes Filho. “A proto-história do marxismo no Brasil” In: João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (Orgs.). *História do marxismo no Brasil – Vol. 1*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p. 39.